



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

**TERMO DE CONTRATO Nº 029/2011/SEMA, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE
ESTADO DO MEIO AMBIENTE E A EMPRESA
CENTRAL DE ASSESSORIA E TREINAMENTO
LTDA.**

MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.507.415/0023-50, através de sua **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**, criada pela Lei Complementar nº. 214, de 23 de junho de 2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, representada pelo seu Secretário Adjunto Executivo, designado para este fim através do Ato nº 13.144/2009, de 14/10/09, Sr. **MOACIR COUTO FILHO**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 3600650 - SSP/GO e do CPF nº. 770.603.931-53, residente a Rua Manoel Leopoldino, nº. 102, bairro Araés, Cuiabá/MT, doravante denominado apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **CENTRAL DE ASSESSORIA E TREINAMENTO LTDA.**, inscrita no CNPJ: 32.989.543.0001-70, situada na Avenida Rubens de Mendonça, nº 990, Ed. Empire Center, bairro Baú, CEP: 78.008-000, cidade: Cuiabá/MT, neste ato representada pelo Sr. **PLINIO ALEXANDRE AMORIM MARQUES**, portador do RG nº 1538725-9 SSP/MT e do CPF: 005.678.441-45, aqui denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o Processo n.º 625069/2011/SEMA, com o **Pregão n.º 042/2011/SAD e Ata de Registro de Preços Nº 041/2011/SAD**, sujeitando-se aos termos das Leis n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente termo contratual consiste na contratação de pessoa jurídica com a finalidade de prestação de serviços de alimentação preparada para atender a demanda da **CONTRATANTE**, conforme condições e



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

especificações constantes no **Pregão n.º 042/2011/SAD e Ata de Registro de Preços N° 041/2011/SAD.**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS PRODUTOS

2.1. Os preços para os bens contratados são os constantes da Ata de Registro de Preço n° 041/2011/SAD, conforme discriminação abaixo:

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
8	CAFÉ DA MANHÃ: SUCOS DE POLPAS DE FRUTAS, 1 (UM) TIPO DE FRUTA, CAFÉ, CHÁ E LEITE, SALGADOS FRITOS E ASSADOS (QUIBE, ESFIRRHINHA, SOPA PARAGUAIA, SALTENHA, BOLINHA DE QUEIJO, PÃO DE QUEIJO, BOLO DE MANDIOCA, BISCOITO DOCE, SANDUICHE NATURAL). CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE/MT. POR PESSOA.	PP	2.500	R\$ 6,30	15.750,00
9	COQUETEL: CANAPÉS, SALGADINHOS E SIMILARES FRIOS E QUENTES COM BASE EM IMPLEMENTOS TAIS COMO PATÊS, QUEIJOS, TOMATE, PALMITO, ASPARGOS, ALCACHOFRA, PEITO DE FRANGO, 2 TIPOS DE REFRIGERANTE (NORMAL E DIETÉTICO), ÁGUA MINERAL (COM E SEM GÁS), 03 TIPOS DE COQUETÉIS DE FRUTAS. CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE. POR PESSOA.	PP	1.500	R\$ 11,80	17.700,00
10	FORNECIMENTO DE LANCHE SIMPLES: PÃO, HAMBÚRGUER, FATIA DE PRESUNTO E QUEIJO E MAIONESE, ACOMPANHADO DE REFRIGERANTE. CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE/MT. POR PESSOA.	PP	400	R\$ 3,00	1.200,00
VALOR TOTAL					R\$ 34.650,00

2.1.1. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelos serviços executados, o valor total de **R\$ 34.650,00** (trinta e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), a serem pagos parceladamente, conforme a demanda.

2.2. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Assinar o contrato no prazo máximo de **03 (três) dias**, bem como retirar a Nota de Empenho no prazo de **02 (dois) dias** corridos, contados da convocação pela **CONTRATANTE**;

3.2. Os serviços serão executados nos locais indicados pela **CONTRATANTE** nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande **conforme tabela item 2.1**;

3.3. O prazo para execução deverá ser na hora, dia e local previamente designado pela **CONTRATANTE**, que deverá solicitar formalmente por ORDEM DE SERVIÇO/FORNECIMENTO a prestação dos serviços, devendo estar acompanhada do empenho específico, cabendo a **CONTRATADA** prestar os serviços, disponibilizando tudo que for requisitado no local estabelecido, sendo que deverão ser solicitados no prazo mínimo de:

3.3.1. De **07 (sete) dias**, quando se tratar de refeições preparadas, exceto coquetéis, coffe break e similares;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.3.2. De 03 (três) dias, quando se tratar de salgados, servidos em coffe break, coquetéis e café da manhã.

3.4. Em havendo atraso na execução dos serviços, a **CONTRATANTE** aplicará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do empenho;

3.5. Ocorrendo por duas vezes consecutivas o atraso na execução dos serviços, será caracterizada inexecução de fornecimento, portanto, a SAD poderá suspender a consignatária de participar de licitação na Administração Pública Estadual por um período de até 02 (dois) anos, conforme o art. 81, III da lei 8666/1993, e demais sanções previstas na legislação pertinente;

3.6. Disponibilizar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **CONTRATANTE** e pela SAD, de acordo com o Pregão n.º 042/2011/SAD e Ata de Registro de Preços N° 041/2011/SAD e a proposta de preços apresentada, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

3.7. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE** e pela SAD, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a **CONTRATANTE**, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

3.8. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **CONTRATANTE** e da SAD, no tocante ao fornecimento dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital e neste contrato;

3.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde pública, bem como as normas vigentes aplicáveis;

3.10. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.10.1. Os acréscimos ou supressões até 25% serão aplicados automaticamente na Ata de Registro de Preço N° 041/2011/SAD.

3.11. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da execução dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

3.12. A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto legal, o qual será responsável pela fiscalização dos serviços, nos eventos realizados pela CONTRATANTE;

3.13. A CONTRATADA ficará obrigada a executar os serviços deste contrato, nos prazos estabelecidos, após solicitação formal através de Ordem de Fornecimento;

3.14. Indenizar terceiros e/ou a CONTRATANTE, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a CONTRATADA adotar as medidas preventivas, com fiel observância as exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

3.15. A CONTRATADA que não tiver sede ou filial em Cuiabá e/ou Várzea Grande, deverá providenciar a instalação de Escritório com representante legal, dentro de no máximo em 30 (trinta) dias da assinatura da Ata de Registro de Preço, sob pena de cobrança de multa diária de 2% (dois pontos percentuais), por dia de atraso da instalação do Escritório;

3.16. Caso não seja cumprido o estabelecimento, ocorrerá distrato contratual e convocação da licitante segunda colocada na licitação;

3.17. A CONTRATADA poderá SUBCONTRATAR os serviços objeto deste contrato, sem prejuízo a execução das suas atividades, conforme o art.72 da Lei 8.666/1993, desde que devidamente autorizada pela CONTRATANTE;

3.18. A CONTRATADA, para fornecimento dos itens constantes dos lotes de alimentação preparada, deverá apresentar, quando da prestação dos serviços,



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Alvará Sanitário em plena validade, bem como dispor de responsável técnico devidamente registrado no Conselho Regional de Nutrição/MT, em seu nome ou da subcontratada, seja para a Capital ou Interior;

3.19. Para os lotes de alimentação preparada, a **CONTRATADA** deverá manter acondicionada, no sentido de resguardar-se, amostra dos alimentos/refeições servidas em cada ocasião, por até 03 (três) dias após a prestação do serviço para apuração de possíveis casos de intoxicação alimentar;

3.20. Acompanhar mediante preposto legal, todos os serviços/eventos realizados/promovidos pela **CONTRATANTE**, em que estiver disponibilizando serviços;

3.21. Disponibilizar locais, mão de obra, materiais e equipamentos adequados dentro dos padrões estabelecidos pela SAD-MT e na proposta de preços apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

3.22. Os itens de serviços especializados, que envolvam mão de obra, não poderão ser contratados separadamente, sendo estes acessórios na contratação;

3.23. Para fins de controle da **CONTRATANTE**, e se necessário conferência do fiscal do contrato, a **CONTRATADA**, conforme determina o Ministério Público Estadual em sua RECOMENDAÇÃO nº. 001/2011, arquivada na Superintendência de Aquisições Governamentais conforme CI nº. 003/2011/COJULG/SAG/SAD, deverá manter sob seu domínio todos os documentos dos seus subcontratados, responsáveis pela execução dos serviços, que comprovem responsabilidade subjetiva e aptidão dos profissionais, no prazo em que perdurarem os contratos;

3.24. A **CONTRATADA** deverá possuir, em seu quadro de pessoal, profissionais habilitados para a execução dos serviços, a ser comprovado na assinatura do contrato, mediante a apresentação de certificado(s) de conclusão de curso(s);



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.25. Refazer os serviços fornecidos em desacordo com as especificações constantes no pedido, sem ônus para a **CONTRATANTE**/solicitante, em até 03 (três) horas;

3.26. A **CONTRATADA** deverá apresentar a **CONTRATANTE**, TERMO DE COMPROMISSO, sob pena de desclassificação, que subcontratará apenas empresas, e tão somente para o interior do Estado, que detenham estrutura logística e autorização legal, conforme o caso;

3.27. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e Decreto Estadual 7.217/2006 e alterações.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

4.2. A entrega do objeto ora contratado será acompanhada e fiscalizada por representante da **CONTRATANTE**, que ficará a cargo da **COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO**, com atribuições específicas;

4.3. A fiscalização exercida na prestação dos serviços não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica co-responsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

5.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar garantia contratual de 5% (cinco por cento) sobre o total da contratação (art. 56 da Lei nº 8.666/93).



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

5.1.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, a comprovação da garantia contratual acima no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da assinatura do contrato;

5.1.2. A garantia será liberada somente após o recebimento definitivo do fornecimento dos serviços, ou ainda na ocorrência de outras hipóteses de extinção contratual previstas em lei, e caberá a **CONTRATADA** optar por uma das modalidades de garantia prevista no art. 56, §1º da Lei 8.666/93;

5.1.3. A devolução ou restituição da garantia contratual ficará condicionada à comprovação pela **CONTRATADA**, da inexistência de débitos trabalhistas em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto contratado.

5.2. A **CONTRATANTE** fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da **CONTRATADA** ou de preposto seu ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões;

5.3. A autorização contida no item 5.2. é extensiva aos casos de multas aplicadas, após esgotado o prazo recursal;

5.4. A **CONTRATADA** se obriga a repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela **CONTRATANTE**;

5.5. A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.6. A garantia será restituída, automaticamente, ou por solicitação, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à **CONTRATANTE**.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Emitir ORDEM DE FORNECIMENTO estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto, bem como em prazo mínimo para execução dos serviços, sob pena de comprometer a realização do evento;

6.2. Enviar ao órgão gestor da Ata de Registro de Preços - SAD/MT - cópia do contrato firmado e/ou Nota de Empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a publicação do extrato do contrato no DOE, para fins de controle;

6.3. Comunicar à **CONTRATADA** sobre possíveis irregularidades observadas, na prestação dos serviços fornecidos, para imediata correção.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade: 27101- SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Projeto Atividade: 3920/4058/3940
Natureza de Despesa: 3390.3900
Fonte de Recurso: 100/240

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE**, conforme cláusula **2.1.1**, em favor da **CONTRATADA** mediante ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com a Instrução Normativa 001/2007 - SAGP/SEFAZ publicada no DOE de 25/05/2007 (pág. 32), após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal da **Coordenadoria de Apoio Logístico** da **CONTRATANTE**;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

8.2. A **CONTRATADA** deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos serviços (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

8.2.1. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome do *MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO*, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **Coordenadoria de Apoio Logístico da CONTRATANTE** para serem devidamente atestadas;

8.2.2. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

8.2.3. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/**CONTRATADA** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

8.4. A **CONTRATANTE** deverá incluir o número de série do objeto a ser adquirido na Nota Fiscal, sempre que esse existir, para efeito de controle interno, sempre que se referir a aquisições de bens permanentes;

8.4.1. Deverá apresentar a Nota Fiscal de entrada do produto no ato da liquidação, procedimento de conferência, de acordo com o que determina a Lei nº 4.320/64, art. 3º, § 2º, I.

8.5. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

8.6. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade documental junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, conforme artigo 123 do Decreto 7.217/2006;

8.7. Os preços pactuados poderão sofrer reajustes conforme o disposto no art. 40, inciso XIV e art. 55, inciso III da Lei 8.666/93;

8.8. A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

9. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1. A vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pela **CONTRATADA**, assegurará a **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

11.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do edital, da ata de registro de preços e conseqüentemente do contrato, sujeita a **CONTRATADA** a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

11.2. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

- a) Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);
- b) A partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

11.3. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o ÓRGÃO/ENTIDADE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

11.4. Se a **CONTRATADA** recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

- a) Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
- b) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com os Órgãos/Entidades por prazo de até 02 (dois) anos, e,
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.5. A licitante, adjudicatária ou **CONTRATADA** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até dois anos e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.6. A multa, eventualmente imposta à **CONTRATADA**, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a **CONTRATADA** não tenha nenhum valor a receber



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda o ÓRGÃO proceder à cobrança judicial da multa;

11.7. As multas previstas nesta seção não eximem a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a **CONTRATANTE**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO DIREITO DE PETIÇÃO

12.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO:

13.1. - Será designado, pela **CONTRATANTE**, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do evento, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à **CONTRATADA** o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da Administração da **CONTRATANTE** ou terceiros ligados aos serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

14.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério da **CONTRATANTE**, se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste contrato;

14.2.1. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes;

14.3. A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

14.3.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

14.3.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa;

14.3.3. Será permitido a subcontratação parcial do objeto do Contrato, quando se verificarem as hipóteses de impossibilidade técnica da realização do serviço solicitado a empresa **CONTRATADA**, desde que esta se responsabilize pelo seu fornecimento/serviço e consequente garantia.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá, 23 de setembro de 2011.

MOACIR COUTO FILHO

Secretário Adjunto Executivo

SEMA/MT

PLINIO ALEXANDRE AMORIM MARQUES

Representante da Contratada

TESTEMUNHAS :

EMANUEL FRANCISCO DE SOUZA

KELLY ALMEIDA KORMANN